



A PROMOÇÃO DA CULTURA EM DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO ESCOLAR PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA

Wiviane Alves Dias; Rayssa Anizio Costa Vieira

E.M.E.F. Pedra do Reino

wivianealvesdias@gmail.com

E.M.E.F. Durmeval Trigueiro Mendes

rayssaanizio@hotmail.com

Resumo

O presente estudo surge com o objetivo de demonstrar o que leva ao cenário instaurado de violência no ambiente escolar na relação docente e discente e de que forma a educação em direitos humanos pode auxiliar este professor na repressão das atitudes ocorridas no cotidiano institucional. Para esta finalidade, utilizou-se da metodologia qualitativa, descritiva e observacional advinda do estudo de autores a exemplo de Chauí (2000), Charlot (2002) e Caliman (2006) que possibilitaram o entendimento acerca das motivações dos comportamentos inadequados, bem como propor algumas sugestões para amenizar e criar expectativas para que estes conflitos sejam tratados com ética no âmbito educacional. Deste modo, este estudo vem corroborar a importância da família no processo educacional, acompanhando as atividades desenvolvidas e sendo um verdadeiro parceiro das escolas afim de que aliada ao instituto de mediação, o diálogo horizontalizado e uma educação voltada para os direitos humanos consiga uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Violência Escolar, Mediação, Educação em Direitos Humanos.

Introdução

A preocupação com a violência veio se intensificando nos últimos anos devido ao aumento de incidências de casos no âmbito escolar. Na época da pedagogia tradicional, que teve como figura expoente Johann Friedrich Herbart, o autoritarismo metodológico era uma forma de conter a indisciplina, sendo vista como ato normal e efetuada pelos professores na manutenção da conduta do educando que se encontrava abstraído das regras da comunidade escolar, pois gerava efeitos positivos na arte de educar.

No período de redemocratização da sociedade brasileira, ocorreu uma maior abertura dialógica para os membros sendo influenciados inclusive pela tendência da Pedagogia Nova, mas mesmo assim a violência passou a ser constante com atuação de agentes intensificadores e banalizadores do processo: os alunos. Este aumento de violência faz com que se instaure a insegurança, tanto com os docentes como a própria instituição



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

escolar, pois os professores não exercem o pleno ofício de educar e instruir sem se sentirem abalados, desorientados e temerosos, ocorrendo também desvios dos objetivos propostos na escola, no momento em que deixam de aplicar a sua função socializadora para se resguardar das atribuições internas e externas.

Este trabalho tem como objetivos entender: o que leva ao cenário instaurado de violência no ambiente escolar na relação docente e discente e de que forma a educação em direitos humanos pode auxiliar este profissional da educação na repressão desta atitude.

Esse trabalho surgiu de intuito científico e tem o escopo de coletar dados, acrescentar e orientar todos os partícipes da comunidade escolar para que possamos restaurar e reestruturar o ambiente para que através das vicissitudes ele possa ser considerado digno, sem atos de violência e com prevalência de amor eterno. Vários casos vêm sendo mostrados através da mídia para o conhecimento de todos, mas nenhuma medida eficaz seja pela Instituição ou pelos pais está sendo encontrada.

Metodologia

A pesquisa pretendeu partilhar momentos de reflexão buscando minimizar a violência na escola para isso utilizou-se da metodologia qualitativa, descritiva e observacional advinda do estudo de diferentes autores que colaboram com reflexões acerca da problemática em questão, a exemplo de Chauí (2000), Charlot (2002) e Caliman (2006) que possibilitaram o entendimento acerca das motivações dos comportamentos inadequados, bem como propor algumas sugestões para amenizar e criar expectativas para que estes conflitos sejam tratados com ética no âmbito educacional.

Resultados e Discussão

A comunidade escolar é considerada o conjunto de pais, alunos, professores e demais profissionais da escola que devem ter a exata noção que neste ambiente (seja rural ou urbano) vão se deparar com diversas causas e situações motivadoras de atos ilícitos.

Segundo Tom Bottomore, no seu dicionário do pensamento marxista de 1988, entende-se por violência a “intervenção física ou voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, cuja finalidade seja destruir, ofender e coagir”. É interessante considerarmos que essa definição inclui os conceitos de violência nas diversas propagações



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sejam: física, moral ou psicológica e necessariamente ocasionam danos aos indivíduos que muitas vezes são irreversíveis.

Muitos fatores influenciam ao aparecimento deste evento no âmbito educacional como: os sociais, vigência de políticas públicas de exclusão social que não oportunizam acesso a uma educação de qualidade e trabalho digno, causas psicológicas que convertem a baixa autoestima em respostas antissociais que se descortinam como única forma de sobrevivência e posicionamento do indivíduo, além das diferenças explícitas como: raça, gênero, cultura que conflitam com os interesses esperados pela escola, mas os educadores têm que olhar com novos olhares para perceber e aceitar as diferenças transformando o seu espaço em um convívio de companheirismo, parceria e reciprocidade.

Maria Luisa Guimarães afirma que a escola tem que responder ao desafio de encontrar formas de relacionamento e de convivência com os diferentes universos contidos em seu interior e que se manifesta no meio circundante, sem abrir mão de suas forças fundamentais. A sociedade, em geral, deve se mobilizar para impedir o aumento da propagação desse fenômeno em todos os aspectos, através da iniciação de condutas éticas e elevação da autoestima em casa, pois a ausência de condutas ilibadas no próprio ambiente familiar podem contribuir de forma negativa a essa proliferação.

Assim, a medida inicial para amenização de quadro violento no ambiente escolar seria a de não deixar o papel de educar como responsabilidade exclusiva da Escola e dos seus agentes educacionais, havendo assim, uma participação ativa das outras Instituições: Família, Estado, Igreja, entre outras. Não devemos ignorar que o índice de morte, depredação do patrimônio escolar, casos de arrombamento de salas e laboratórios, ameaças e casos de detenções ou prisões e, não poucas vezes, situações de constrangimento e amedrontamento envolvendo pais, professores e alunos, vêm crescendo e alarmando nas páginas de jornal, revistas e quando menos se vivencia o do ciclo do acontecimento.

A construção da paz vem se apresentando em diversas áreas e mostra que o impulso agressivo é tão inerente à natureza humana quanto o impulso amoroso, portanto é necessária a canalização daquele para fins construtivos, ou seja, a indignação é aceita, porém deve ser utilizada de uma maneira produtiva e a violência pode ser também característica de uma resposta à situação de ameaça física ou moral sofrida constante (LEVISKY apud MARRA, CELIA 2007).

O indivíduo enfrenta uma grande oferta de oportunidades: o uso de drogas, de bebidas alcoólicas, uso da arma de fogo aliada à inexistência do controle social tornam o indivíduo motivado a concluir o ato delitivo.



Esta questão leva a relacionar a ideia da justiça/injustiça à violência que pode ser encoberta de diferentes formas, mas pode ser definida como uma ruptura da harmonia num determinado contexto, podendo ser sob a forma de utilização da força física, psíquica, moral. Sobre a violência nos esclarece Chauí (2000, p. 337):

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém.

A autora leva a reflexão que a violência é um problema social, mas sabe-se que também está presente nas ações dentro das escolas, manifestada de diversas formas entre todos os que a compõem. É, portanto, preciso estar atento para a violência nas escolas, pois está atrelada a formas de dominação, a disparidade social e às normas de organização da sociedade. Sendo a escola o espaço privilegiado por onde passa a maioria dos cidadãos, ela é capaz de reproduzir a relação de dominação de forma incisiva, considerando que ela pode, no entanto, vir a ser lugar de transformação, desde que nela e a partir dela sejam geradas novas concepções e valores a respeito das relações sociais. A concepção da violência, por exemplo, pode – e deve – ser discutida e esclarecida neste espaço.

Charlot (2002) refere-se à questão da violência na escola e chama atenção para o fato de que é preciso diferenciar a que tipo de violência o indivíduo se refere: se é a violência na escola, que é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada às atividades da instituição escolar ou se é a violência da escola, sendo esta a violência institucional, produzida através do grupo escolar ou ainda a violência à escola que está ligada aos atos contra a escola.

Para o autor estas categorizações norteiam os professores e pesquisadores para refletirem a respeito das causas da violência, levando-os também a pensar preventivamente sobre o que fazer em cada circunstância. Desta forma, os educadores poderão se organizar contra a violência, levando as relações do cotidiano a traduzir consideração ao próximo através de atitudes indutoras da afeição, consenso e integração das pessoas visando atingir os objetivos propostos na formação de uma sociedade mais justa. A este respeito, Sales (2000, s/p) explica que “o sentimento de justiça se desenvolve graças ao respeito mútuo e solidariedade entre crianças, podendo ser reforçado pelas ordens e ações do adulto”.

Hoje a organização da escola está baseada na inclusão e participação da comunidade escolar, promovendo um processo educativo baseado no diálogo e na construção coletiva da informação e da cidadania. E para se construir uma escola de todos é preciso facilitar a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

inclusão educativa e social. Para isso é preciso que a comunidade escolar esteja atenta porque boa parte dos estudantes pode estar correndo o risco de ser excluído do processo escolar, uma vez que existem fatores que colaboram para que esse fenômeno aconteça. Como Caliman (2006, p. 393) descreve:

As condições precárias de vida nos bairros, juntamente com um clima sobrecarregado na escola, tendem a condicionar motivações, atitudes, valores, comportamentos e a aprendizagem. Tais condições provocam o avolumar-se daquela parte da população escolar que hoje pode ser, de certa forma, definida como “em situação de risco”. Pertencem a tal categoria os estudantes cujo itinerário formativo acaba sendo envolvido por um ou mais fatores de risco que, mesmo que irrompam dentro da escola, não parecem provocados somente por ela.

Por acreditar que os estudantes agem conforme o meio, que por vezes apresenta modelos de condutas inadequados, as crianças acabam por reproduzi-los nas escolas, ficando assim, estereotipados. Como hoje a escola é obrigatória e oferecida para todos, os sujeitos que a frequentam vêm dos mais variados contextos, assim “[...] são jovens de extrações sociais diversas, cada um deles com uma história pessoal que para alguns é regular, mas para outros é marcada por fracassos, desvantagens, mal estar e sofrimentos dos mais diferentes tipos” (CALIMAN, 2006, p.385).

Vivemos numa sociedade que é marcada por interações e a escola é o local privilegiado onde estas interações sociais estão presentes. A este respeito, Praxedes (2004, s/p) enfatiza: “A escola é um espaço público para a convivência fora da vida íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de aprendizagem que também nos ensina como participar do restante da vida social”.

A escola é, então, o estabelecimento responsável pela mudança na criança da sua vida familiar para a esfera pública, tendo assim função social de aprendizagem para os alunos. Há que se cuidar, no entanto, de valorizar as diferentes culturas de origem dos alunos e, para tanto, se faz necessário o diálogo e a compreensão de que não existem verdades únicas. Em consideração a estas diferenças culturais, caberá às escolas ampliar no educando a habilidade de expressar e comunicar suas ideias, participar e interpretar as produções culturais, intervir pelo uso do pensamento coerente e da criatividade.

Assim, pode-se entender a partir dos autores acima citados que justiça, violência são fenômenos que estão presentes dentro da escola e colaboram para a exclusão que ocorre a partir dela, dificultando o processo de formação do educando enquanto cidadão ativo na sociedade. Este é um dos mais graves desafios que as escolas vêm enfrentando atualmente.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Algumas medidas de combate à violência podem ser destacadas, a exemplo da efetivação da medida inicial de participação ativa de todos os partícipes escolares em prol da melhoria do processo educativo por intermédio do diálogo em que cada um expresse suas opiniões. Assim, faz-se necessário que o aluno tenha uma melhor qualidade de vida dentro da escola através de oficinas: educativas, artes, esportes que procurem conciliar os estudos do educando junto com uma oportunidade extra de lazer para que ele possa desenvolver suas habilidades e se divertir.

Os indivíduos devem ter aflorado além da razão (conhecimento teórico) a sua sensibilidade (experiência através do discernimento dos sentidos) e só vão conseguir almejar esse aspecto quando estiverem em contato frequente com eventos que possam introduzi-los neste mundo.

Exemplos que podem enaltecer estes casos de violência entre professores/alunos são vários divulgados nos noticiários. Situações que poderiam ser resolvidas com diálogos entre os atores escolares, buscar soluções conjuntas com o fito de desenvolver a empatia, ou seja, a de se colocar no lugar do próximo. Neste caso, faz-se importante a instituição aplicar uma avaliação periódica tanto com os alunos e pais quanto com os professores para que venham trazer à tona questões mal resolvidas na gestão escolar e que se evitem transtornos e situações piores no meio acadêmico.

Para que consigamos concretizar as expectativas, é importante que atenhamos a alguns questionamentos, a saber, a gênese da violência, ou seja, como surgiu essa violência neste aluno e em quais situações ela se manifesta através de um acompanhamento psicológico nas Instituições, os métodos de abordagem com o aluno devem ser estudados, pois cada indivíduo responde de maneira diferente no círculo social e qual é o fator estimulante dessa violência seja professor, pais, ou outro membro da comunidade escolar.

Entende-se hoje que é necessária uma visão distinta sobre os encaminhamentos que devem ser desenvolvidas na busca de uma cultura de não violência. A antecipação dos episódios reduz o aparecimento de problemas graves e minimiza a ação de possíveis agentes nocivos à vida da escola. Medidas tanto exteriores quanto interiores, devem ser implementadas gradualmente, tendo normalmente como o público-alvo a atingir: os responsáveis pelos alunos, docentes e discentes.

Para uma boa convivência social familiar é importante a sintonia entre ações e vontades, pois vivemos com outras pessoas, portanto, é preciso respeitar o outro. E este critério de respeito é alcançado através da educação. Há nas escolas uma ausência o respeito aos diferentes, neste sentido o plano nacional de educação em direitos humanos estabelece a necessidade da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

construção de valores, atitudes e práticas embasadas nos direitos humanos nos referidos espaços; construção de uma metodologia participativa para adaptação de material didático de forma lúdica; combate a práticas violadoras dos direitos humanos através da consolidação de práticas individuais e sociais que possibilitem a dignidade do alunado.

Em direitos humanos, frise-se a atuação do mediador escolar que vem sendo construído atualmente como um facilitador na resolução de conflitos entre os alunos, atuando de forma imparcial, dialógica e participativa. O indivíduo escolhido para esta função pode ser aluno, professor, funcionário ou gestor, sendo o caráter pedagógico de sua conduta voltado para o eixo da responsabilização do discente pelas suas práticas em detrimento do caráter punitivo.

Assim, faz-se necessário entender que a mediação escolar é derivada da proposta de uma educação voltada para os ideais de direitos humanos. Neste sentido:

A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientado para a criação de uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas, além disso, transmite as aptidões necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana das pessoas. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos para todos os membros da sociedade sejam respeitados (UNESCO, 2012, p. 03).

Refletimos que a educação em direitos humanos seja construída na escola e a partir dela, será necessário construir coletivamente valores inerentes a uma gestão democrática, como princípio fundamental nas escolas e desta maneira contribuir para a emancipação, seja social ou individual da criança. Desta maneira a ensino dos direitos humanos passa pela transmissão valores, respeito à dignidade humana pelo meio da promoção e da vivência dos valores da tolerância, da cooperação, da equidade, da justiça, da solidariedade.

Conclusões

Portanto, este estudo vem com o intuito de levantar hipóteses para resolução deste problema através da conscientização que além da participação da família como agente educadora, a escola deve fazer debates com os membros da comunidade escolar em busca de encontrar respostas para os conflitos e quais medidas cabíveis deverão ser adotadas. Posteriormente a este debate, a Instituição deve procurar recursos, seja dela ou da comunidade mesmo, para investir em oficinas educativas, que a própria produção dos alunos servirá de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

retorno para futuros investimentos e facilitando o trabalho do professor que esteja neste círculo problemático à medida que possibilita a participação dele ativamente junto com seus alunos através de laços afetivos de parceria, exercendo junto com outro coordenador os papéis de mentores. As oficinas seriam interligadas às artes e poderia fugir ou não dos currículos pedagógicos, pois seria uma forma de aproximar os atores escolares através do diálogo a fim de que os discentes não sejam afastados cada vez mais com aulas cansativas e tradicionais, não esquecendo, inclusive, da importância do instituto da mediação como instrumento de resolução de conflitos de forma horizontalizada.

Referências bibliográficas

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CALIMAN, Geraldo. **Estudantes em situação de risco e prevenção**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v.14, n. 52, p. 383-396, jul. /set. 2006.

CHARLOT, Bernard. **Violência na Escola: como os sociólogos franceses abordam essa Questão**. Sociologias. Porto Alegre, vol. 4 n. 8 jul – dez 2002. 432/443 p.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 7. Edição. São Paulo: Ática, 2000.

GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galera e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. 244p.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no ambiente escolar**. São Paulo: Annablume, 2007. 204 p.

NOVA ESCOLA. O perfil de mediador de conflitos na escola. [S.I.]. 2013. Disponível em: <<http://gestaoescolar.org.br/comunidade/perfil-mediador-conflitos-escola-750645.shtml>>. Acesso em: 25 julho 2016.

PRAXEDES, Walter. A diversidade humana na escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância. Revista Espaço Acadêmico, nº 42 novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42wlap.htm>>.

SALES, Eliana da Mota Bordin de. O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 49-58, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722000000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 julho 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UNESCO. Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. [S.I.]: Brasília, DF, 2012.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>>. Acesso em: 31 jul 2016.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br